



CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO

PARECER FINANCEIRO CONTÁBIL 01/2026

Entidade interessada: Câmara Municipal de Antonio Olinto

Assunto: Projeto de lei nº 01/2026 de 19 de janeiro de 2025, dispõe sobre a correção inflacionária e reajuste dos vencimentos dos cargos de provimento efetivo, em comissão e função gratificada da Câmara Municipal de Antônio Olinto e dá outras providências.

1 INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Trata-se de pedido para realização de estudos e análise técnico para avaliar incremento de despesa derivada da concessão de reajuste e correção inflacionária dos vencimentos dos cargos de provimento efetivo, em comissão e função gratificada e no auxílio alimentação da Câmara Municipal de Antônio Olinto pela inflação acumulada medida pelo INPC/IBGE¹ entre o período de 01/2025 a 12/2025, cujo montante foi de 3,90%, acrescido de ganho real de 1,10% e totalizando um aumento de 5% sobre os vencimentos e funções gratificadas vigentes na Câmara Municipal.

A medida está amparada no inciso X do art. 37² da Constituição Federal e na autonomia administrativa e financeira da Câmara Municipal. Ainda, há necessidade de compatibilização com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei de Orçamento Anual em atendimento ao art. 169, § 1º incisos I e II³.

O acréscimo de 5% nos vencimentos dos servidores efetivos e comissionados (desdobramento e subdesdobramento 0101 e 3101) em 2026, e expectativa do IPCA (boletim Focus do Banco Central do Brasil), aumenta a despesa com pessoal (conta 310000 – Pessoal e encargos sociais) para os exercícios de 2026, 2027 e 2028 nos montantes descritos na tabela abaixo:

¹<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus> acesso em 19/01/2026

²Art. 37: a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

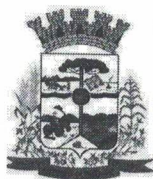
X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 **somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica**, observada a iniciativa privativa em cada caso, **assegurada revisão geral anual**, sempre na mesma data e sem distinção de índices

³ Art. 169: "A despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se **houver prévia dotação orçamentária suficiente** para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver **autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias**, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista."



**CÂMARA MUNICIPAL DE
ANTONIO OLINTO**

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		ESTIMATIVA ATUAL E PROJETADO PL 01/2026			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Atual	2026	2027	2028
319011	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	499.235,74	524.197,53	545.270,27	565.990,54
319046	Auxílio Alimentação	25.200,00	28.980,00	30.145,00	31.290,51
319013	Contribuições Patronais	376.950,00	395.797,50	411.708,56	427.353,48
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	901.385,74	948.975,03	987.123,82	1.024.634,53

O cálculo considera os vencimentos, encargos sociais e auxílio alimentação dos servidores efetivos e comissionados multiplicado pelo número de remunerações a serem pagas para os servidores durante o exercício analisado e os percentuais do relatório Focus do Banco Central do Brasil de 16/01/2026, publicado em 19 de janeiro de 2026 nos montantes de 4,02% para 2027 e 3,80% para 2028.

Com os valores das contas 319011, 3190046 e 319013 anualizadas e projetadas para o exercício de 2026 e os dois seguintes (2027 e 2028)⁴ agora passa-se para análise e demonstração dos seguintes pontos:

- Existência de dotação e adequação orçamentária e financeira prévia com saldo para cobertura das projeções;
- Verificação de autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Compatibilidade com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias e não comprometimento das metas da LDO;
- Cumprimento do limite de despesas com pessoal em relação a Receita Corrente Líquida (RCL) ajustada do Município;
- Cumprimento dos limites dos gastos totais e com a folha de pagamento pela Câmara Municipal

4 LRF – LC 101/2000: “Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - **Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício** em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.”



CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO

2 EXISTÊNCIA DE DOTAÇÃO E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PRÉVIA COM SALDO PARA COBERTURA DAS PROJEÇÕES

Nos anexos da Lei Municipal nº 1.083/2025 (LOA) constam dotações nas rubricas 319011, 319046 e 319013 (vencimentos e vantagens, auxílio alimentação e encargos sociais) e é possível observar que existe recursos financeiros e são suficientes para absorver o aumento que será causado pelo PL 01/2025, conforme é possível observar abaixo:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		TOTAL EM 2026 E PROJEÇÃO PARA 2027 E 2028		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	2026	2027	2028
319011	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.790.004,49	1.822.224,57	1.858.669,06
319046	Auxílio Alimentação	130.000,00	132.340,00	134.986,80
319013	Contribuições Patronais	376.950,00	383.735,10	391.409,80
319094	Indenizações e restituições trabalhistas	45.000,00	45.810,00	46.726,20
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.341.954,49	2.384.109,67	2.431.791,86
RCL	RCL ajustada projetada	45.920.827,06	46.747.401,95	47.682.349,99
	Percentual de variação	100%	101,80%	102,00%

A variação projetada nas contas 319011 e 319013 para os anos de 2026 e 2027 estão considerando a mesma proporção da variação da RCL ajustada projetada prevista pelo Poder Executivo. Logo, para fins de atendimento de requisito legal que em questão⁵ será cumprido de acordo com as premissas e métodos do cálculo.

Inclusive, é possível observar que a projeção da RCL ocorre em variação maior que o aumento previsto da despesa com pessoal, gerando uma situação projetada superavitária em relação ao saldo da dotação orçamentária.

3 VERIFICAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Com relação ao requisito da necessidade de autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias, citamos o art. 18 da Lei Municipal 1.079/2025⁶:

Para fins de atendimento ao disposto do art. 169 § 1º, inciso II da Constituição Federal, observado o inciso primeiro do mesmo parágrafo, **ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumento de remuneração**, criação de cargos, empregos e funções, alteração de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000.

⁵ CF art. 169, § 1º, I.

⁶ Disponível em <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/pr/antonio-olinto?o=&q=1051%2F2024>



CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO

A autorização para criação de despesa de pessoal está claramente expressa no referido dispositivo legal, evidenciando o atendimento ao requisito legal.

4 COMPATIBILIDADE COM O PLANO PLURIANUAL E LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E NÃO COMPROMETIMENTO DAS METAS DA LDO

Esse item pretende demonstrar que a despesa aumentada: a) está em conformidade com as diretrizes, objetivos e metas previstos no PPA, assim com as metas e prioridades presentes na LDO, e; b) não contraria a qualquer disposição constante desses instrumentos.

No que tange as metas do Plano Plurianual para o quadriênio de 2026-2029 que trata a lei 1.075/2025⁷ o seu anexo 2 prevê:



MUNICÍPIO DE ANTONIO OLINTO
Estado do Paraná

Exercício: 2026 a 2029

PPA - PROGRAMAS FINALÍSTICOS E DE APOIO ADMINISTRATIVO

Órgão : 01 LEGISLATIVO MUNICIPAL

Unidade : 001 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Programa : 01.031.0001 LEGISLATIVO MUNICIPAL

Objetivo : MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL

Gerente :

Público Alvo : População em Geral

Justificativa : Garantir todas as atividades do Legislativo Municipal, pagamentos despesas básicas com folha de pagamentos, materiais de consumo e serviços, incluindo a ampliação da Câmara, aquisição e manutenção de móveis e equipamentos.

Problema :

Causa :

Externalidade :

Natureza

Início Previsto

Término Previsto

Multisetorial

Tipo

Apoio Administrativo

Indicador

Unid. Medida

Índice Mais

Recente

2026

2027

2028

2029

Índice Final PPA

Ação	Unid. Medida	Tipo	Meta	2026	Meta	2027	Meta	2028	Meta	2029	Meta	TOTAL
2001		0	2.763.454,49	0	3.066.052,76	1	1.397.493,06	1	3.756.947,83	2		12.983.948,14

Descrição: Manutenção de Atividades Legislativas

A ação descrita no PPA não se enquadra como ação finalística, se referindo apenas a atividades essencialmente administrativas, suas metas são quantificadas pela quantidade prevista de sessões legislativas baseado no montante financeiro necessário para manutenção das atividades do Poder Legislativo Municipal, suficiente para garantir o quadro de pessoal.

As metas estabelecidas no anexo da LDO/2026 (Lei Municipal 1.083/2024) se limita a reproduzir as metas já definidas no PPA.

⁷ <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/a/antonio-olinto/lei-ordinaria/2021/93/930/lei-ordinaria-n-930-2021-dispoe-sobre-o-plano-plurianual-do-municipio-de-antonio-olinto-para-o-quadrinio-2022-a-2025-e-da-outras-providencias?q=930%2F2021>



CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO

Não foram encontrados quaisquer dispositivos que possam inviabilizar ou não permitam a concessão do aumento requerido, portanto o incremento de despesa é compatível com o PPA e com a LDO vigentes na emissão desse parecer financeiro contábil.

5 CUMPRIMENTO DO LIMITE DE DESPESAS COM PESSOAL EM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) AJUSTADA DO MUNICÍPIO;

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) determina que a despesa com pessoal do Poder Legislativo Municipal não poderá ser maior que 6% da Receita Corrente Líquida do Município⁸. Abaixo, estão demonstrados os valores para determinar os percentuais dos anos que estão sendo analisados (2025, 2026 e 2027):

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		PROJETADO PL 01/2025		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	2026	2027	2028
319011	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.152.762,21	1.173.834,95	1.194.555,22
319013	Contribuições Patronais	395.797,50	411.708,56	427.353,48
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.548.559,71	1.585.543,51	1.621.908,70
RCL	RCL ajustada projetada	45.920.827,06	46.747.401,95	47.682.349,99
	Percentual das despesas com pessoal sobre RCL	3,3722%	3,3917%	3,4015%

Com base nos cálculos da tabela acima, os índices de pessoal projetados para os anos de 2025, 2026 e 2027 estão de acordo com o previsto na legislação de responsabilidade fiscal e atende ao limite de despesa com pessoal do art. 19, 20 inciso III item a).

6 CUMPRIMENTO DOS LIMITES DOS GASTOS TOTAIS E COM A FOLHA DE PAGAMENTO PELA CÂMARA MUNICIPAL

8 LC 101/2000, Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;



CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO

O cálculo de 70% limite de gastos com folha de pagamento é um dispositivo legal⁹ Constituição Federal de 1988, que consiste em realizar o quociente entre o valor dos gastos com folha e o valor do orçamento da Câmara. Para fins de realização do cálculo foi utilizado o último relatório divulgado pelo TCE-PR¹⁰ extraído do sistema SIM-AM para o ano de 2024, vide:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Limite para despesas do Poder Legislativo em 2025

MUNICÍPIO DE ANTONIO OLINTO

Exercício : 2024

Codigo	Desdobramento	Valor
111	Impostos	2.057.827,49
112	Taxas	55.609,45
113	Contribuição de Melhoria	0,00
1711511	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	17.428.792,67
1711512,1711513	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho e dezembro	1.799.726,16
1711520	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	101.166,95
1711550	Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - Comercialização do Ouro	0,00
1719510	Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	0,00
1721500	Cota-Parte do ICMS	12.777.934,71
1721510	Cota-Parte do IPVA	1.106.178,17
1721520	Cota-Parte do IPI - Municípios (LC 61/1989)	193.658,17
	TOTAL COM DEDUÇÕES	35.520.893,77
	População (IBGE de 2024)	7.018,00
	Percentual Limite (E.C. 58/2009)	7,00
	Limite da Despesa da Câmara em 2025	2.486.462,56
	Limite da Despesa com Folha em 2025	1.740.523,79

Página 1 de 1

19/01/2026 15:23

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Data e Hora da emissão: 19/01/2026 15:23

O valor considerado como limite de despesas da Câmara para 2025 foi de R\$ 2.486,462,56. Para 2026 foi aplicado a inflação observada de 01/2025 a 12/2025 (INPC a 3,9%), e os demais valores (2027 e 2028) serão corrigidos pelos mesmos índices que corrigiram a RCL no demonstrativo do item 2 para fins de projeção de variação para os anos de 2026, 2027 e 2028:

⁹ CF, Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e os demais gastos com pessoal inativo e pensionistas, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 desta Constituição, efetivamente realizado no exercício anterior:

§ 1º A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Municipal/SIMAM/Paginas/Rel_LimiteDespesa.aspx



**CÂMARA MUNICIPAL DE
ANTÔNIO OLINTO**

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		PROJETADO PL 01/2026 (2026, 2027 e 2028)		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	2026	2027	2028
319011	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.152.762,21	1.173.834,95	1.194.555,22
	Valor base para orçamento da Câmara projetado	2.184.645,04	2.223.968,65	2.268.448,02
	Limite de gastos com folha de pagamento (70%)	1.529.251,53	1.556.778,05	1.587.913,62

Para cálculo do limite de 70% está sendo considerado apenas o valor projetado da conta 319011 (Vencimento e vantagens fixas) sem contar os gastos com encargos sociais patronais, ou seja, apenas o que se refere a folha de pagamento.

Os valores projetados da conta 319011 estão dentro do parâmetro do limite de 70% de gastos com folha que trata o art. 29-a da CF de acordo com os cálculos apresentados.

7 CONCLUSÕES

Foram verificados os principais itens que compõe a análise das despesas com pessoal a saber: existência de dotação e adequação orçamentária e financeira com a cobertura das projeções, autorização prévia da LDO, compatibilidade do PPA e da LDO, cumprimento do limite de despesas com pessoal em relação a RCL e do total de gastos com folha de pagamento da Câmara Municipal, e foi considerado que não há óbice ao prosseguimento da implantação do percentual de reajuste, estando o incremento de despesas com pessoal dentro dos parâmetros avaliados e não comprometendo a higidez financeira, orçamentária e fiscal da Câmara Municipal.

Antônio Olinto, 20 de janeiro de 2026.

CRISTIANO MATHEUS SABCHUK
Contador
Câmara Municipal de Antônio Olinto